DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 7921/2018

PROCESSO TC/MS	: TC/17103/2017
PROTOCOLO	: 1836415
ÓRGÃO	: AGÊNCIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MATO GROSSO DO SUL – AGEPREV
RESPONSÁVEL	: JORGE OLIVEIRA MARTINS
CARGO DO RESPONSÁVEL	: DIRETOR-PRESIDENTE
ASSUNTO	: CONCESSÃO DE REFORMA, *EX OFFICIO*, POR INCAPACIDADE DEFINITIVA
INTERESSADO	: EDENIR SILVEIRA PONCIANO JUNIOR
RELATOR	: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

CONCESSÃO DE REFORMA. PROVENTOS PROPORCIONAIS. LEGALIDADE E REGULARIDADE. REGISTRO.

DO RELATÓRIO

Trata-se da apreciação da legalidade, para fins de registro, conforme dispõe o art. 21, III, da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012, da reforma, *ex officio*, por incapacidade definitiva, com proventos proporcionais, concedida ao 1º Tenente PM Edenir Silveira Ponciano Junior, matrícula n. 40461021, da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, constando como responsável o Sr. Jorge Oliveira Martins, diretor-presidente da Ageprev.

A Inspetoria de Controle Externo de Atos de Pessoal (ICEAP), por meio da Análise ANA-ICEAP-61374/2017 (peça 12), manifestou-se pelo registro da presente reforma.

O Ministério Público de Contas emitiu o Parecer PAR-4ªPRC-14545/2018 (peça 13), opinando favoravelmente pelo registro do ato de pessoal em apreço.

DA DECISÃO

A documentação relativa ao ato de pessoal em exame apresentou-se completa, conforme o disposto no Anexo V, item 2, subitem 2.2, letra B, da Resolução TCE-MS n. 54/2016 (Manual de Peças Obrigatórias), e sua remessa a este Tribunal foi tempestiva.

A reforma, *ex officio*, por incapacidade definitiva, com proventos proporcionais, ora apreciada, foi concedida por meio do Decreto "P" n. 1.537/2017, do governador do Estado de Mato Grosso do Sul, publicado no Diário Oficial n. 9.395, edição do dia 25 de abril de 2017, fundamentada no

art. 42 da Lei Estadual n. 3.150/2005, c/c o art. 86, II, art. 94, art. 95, II, art. 97, IV, art. 100, I e art. 54, todos da Lei Complementar Estadual n. 53/1990, com redação dada pela Lei Complementar Estadual n. 127/2008.

Analisadas as peças que instruem os autos, concluo que a concessão da presente reforma atendeu aos ditames legais e regimentais pertinentes, merecendo o seu registro.

Pelo exposto, acolho a análise da unidade técnica da ICEAP e o parecer ministerial, e com fulcro no art. 4º, III, "a", do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução Normativa TC/MS n. 76/2013, **DECIDO**:

1. pelo **registro** da reforma, *ex officio*, por incapacidade definitiva, com proventos proporcionais, concedida ao 1º Tenente PM Edenir Silveira Ponciano Junior, matrícula n. 40461021, da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, em razão de sua legalidade, nos termos do art. 34, II, da LCE n. 160/2012, c/c o art. 10, I, e o art. 173, I, "b", ambos do RITC/MS;

2. pela **intimação** do resultado deste julgamento aos interessados, com fulcro no art. 50 da LCE n. 160/2012, c/c o art. 70, § 2º, do RITC/MS.

Campo Grande/MS, 15 de agosto de 2018.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

rcc